

Formação Econômico-Social: uma Categoria Marxista para a História

Formación Económico-Social: una Categoría Marxista para la Historia

Economic-Social Formation: a Marxist Category for History

Thiago Mantuano

Universidade Federal Fluminense

thiago_mantuano@id.uff.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo aclarar e divulgar a categoria Formação Econômico-Social para sua instrumentalização na Ciência Histórica. Neste texto, buscaremos demonstrar como a tradição marxista a formulou para capturar a unidade coerente na diversidade social, ressaltando a multiplicidade de fatores, esferas e dimensões que sua pretensão abarca. Importa, também, pontuar a sua diferença e complementariedade ao conceito de Modo de Produção. Por último, teceremos algumas distinções entre formações pré-capitalistas e capitalistas.

Palavras-Chave: Marx, marxismo, formação econômico-social, história teórica.

Fecha de recepción: 24 de junio de 2017

Fecha de aprobación: 12 de agosto de 2017

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo aclarar y divulgar la categoría Formación Económico-Social para su instrumentalización en la Ciencia Histórica. En este texto, buscaremos demostrar cómo la tradición marxista la formuló para capturar la unidad coherente en la diversidad social, resaltando la multiplicidad de factores, esferas y dimensiones que su pretensión abarca. Es importante, también, puntuar su diferencia y complementariedad al concepto de modo de producción. Por último, hacemos algunas distinciones entre formaciones precapitalistas y capitalistas.

Palabras clave: Marx, marxismo, formación social-social, historia teórica.

ABSTRACT

This article aims to clarify and disseminate the category of Economic and Social Formation for its use in Historical Science. In this text, we will try to demonstrate how the Marxist tradition formulated it to capture the coherent unity in social diversity, emphasizing the multiplicity of factors, spheres and dimensions that its pretension encompasses. It is also important to note its difference and complementarity with the concept of Production Mode. Finally, we will make some distinctions between pre-capitalist and capitalist formations.

Keywords: Marx, Marxism, economic and social training, theoretical history.

A tarefa de definir uma formação econômico-social só é possível mediante um estudo extenso e com a completude necessária de pesquisas empíricas profundas. Produzir uma caracterização tão sintética quanto abrangente da gênese histórica de dada sociedade é um esforço que deve considerar a unidade na diversidade das relações sociais de produção e suas repercussões nas mais diferentes dimensões da vida humana. Ou seja, devemos perceber como estas características fundantes baseiam a estrutura e a superestrutura de uma determinada sociedade em uma época determinada.

Parece-nos claro que as relações sociais de produção correspondem a um estágio definido do desenvolvimento das forças produtivas, e partimos do seu estudo para a instrumentalização da categoria proposta. Também tendemos a concordar que detectar e acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas não basta. Considerando como verdade que o trabalho é a principal atividade humana, temos por pressuposto que as relações que se dão no ambiente da produção irradiam para a totalidade do convívio social. Por essa razão, estar atento às outras dimensões das atividades humanas é importante tarefa para a definição das formações-sociais.

Dessa forma, eventuais conflitos, entre eles os que representam o desenvolvimento das novas forças produtivas e os interessados nas relações de produção há muito tempo vigentes, podem ser mais perceptíveis fora das unidades de produção, embora seus conflitos originais tenham as mais relevantes causas internas a elas. As próprias possibilidades revolucionárias e/ou momentos de aguda crise são processos em que as relações de produção se ajustam novamente ao nível das forças produtivas. É tão provável que se evidenciem tanto na tomada dos palácios ou nas filas para alimentação, pela caridade, quanto nas ocupações de fábricas ou nas filas para o emprego em frente a estas.

Essas evidências estão expostas pela distinção entre modos de produção e sua possível associação, com a complementariedade conflitiva que caracteriza o funcionamento das sociedades complexas (pós-primitivas), baseadas na convivência entre determinadas relações existentes que medeiam e/ou acirram o choque ou a aliança entre as classes sociais. As possibilidades são amplas, haja vista que esse processo certamente varia cronológica e espacialmente. Essa questão está brilhantemente exposta por Thompson, quando analisa o aspecto perene da exploração na história das sociedades humanas: “A relação de exploração é mais que a soma de injustiças e antagonismos mútuos. É uma relação que pode ser encontrada em diferentes contextos históricos sob formas distintas, que estão relacionadas a formas correspondentes de propriedade e poder estatal.”¹

Dito isso, parece repetitivo, mas é bom reafirmar que a razão de ser desta categoria é historicizar o processo integrado pelos modos de produção. Por isso, a função do historiador, munido desse instrumento, é a de descobrir qual (numa determinada

1 Edward Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa 2* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987), 28.

fase histórica da produção) relação social de produção é dominante. Essa possibilidade já estava implícita no pensamento marxista inicial, sendo exposta pela primeira vez por Marx no prefácio de janeiro de 1859, na *Contribuição à Crítica da Economia Política*.

Nenhuma formação social jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir.²

Somente o trabalho empírico, que ouse palmear a concretude do desenvolvimento das forças produtivas e construir a totalidade social que se desenrola integrada a esse processo, poderá permitir ao pesquisador estabelecer essa hierarquia. O nosso pressuposto é abertamente defendido por Marx: “Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras.”³

As formações econômico-sociais são organismos cujo estudo requer uma análise científica das relações de produção que a constituem de forma particular, mas generalizável nos termos relativos dos seus modos. Esses modos não se resumem à produção, mas também estão articulados na distribuição e circulação do seu produto. Para entender isso, é necessária uma pesquisa que objetive o descortinar das suas leis de funcionamento e de desenvolvimento. Nas palavras de Lenin: “O alcance científico deste estudo está em explicar as leis (históricas) específicas que regem o surgimento, a existência, o desenvolvimento e a morte de um dado organismo social e sua substituição por outro superior.”⁴

Antevemos que esse exercício traz antigos questionamentos que acusam a teoria da História de Marx como unilinear ou etapista, mas nos parece que a categoria fornecida por Marx, Lenin e Antonio Labriola, sendo posteriormente trabalhada por Emilio Sereni e Cesare Luporini, é exatamente um antídoto quanto a isso. Ao elaborá-la, Marx conseguiu construir um instrumento que, precisamente, consegue dar conta da multiplicidade e do entrecruzamento de classes e seus interesses, de agentes e suas determinações, pontuada por suas ações na realidade

2 Karl Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política* (São Paulo: Expressão Popular, 2008), 48.

3 Marx, *Contribuição à Crítica*, 266.

4 Vladimir Lenin, *Ce que sont les “amis du peuple” et comment ils luttent contre les socialdémocrates?*, 1894, citado em Emilio Sereni, “De Marx a Lenin: a Categoria de “Formação Econômico-Social,” Meridiano - Revista de Geografía 2 (2013):335. (Tradução de Nathan Belcavello de Oliveira).

social, sejam de origem interna ou externa, de onde se deriva que a não unilinearidade da sucessão de formações sociais ou da evolução em etapas pré-definidas de suas instituições é uma premissa para a instrumentalização da categoria. Segundo Hobsbawm:

A afirmativa de que as formações asiática, antiga, feudal e burguesa representam etapas de progresso, não implica, portanto, qualquer visão unilinear e simplista, da história, nem resulta na opinião primária de que toda a história é progresso. Apenas reconhece que cada um destes sistemas cada vez mais afasta-se, em aspectos cruciais, da situação primitiva do homem.⁵

Trazendo como exemplo a sociedade que estudamos, temos como certo que o modo de produção escravista hegemônizava e convivia de forma complementarmente conflitiva com o capitalista. Caso fosse verdade que a categoria de Formação Econômico-Social conduzia a um etapismo e uma visão unilinear da história, isso não seria possível, logo que Marx classifica o modo de produção feudal entre um e outro. Portanto, ficam abertas tantas alternativas quanto as que o estudo empírico possa demonstrar, entretanto, com um sólido fundamento teórico que tem a vocação de ser totalizante para explicar o seu processo histórico.

Neste sentido, faz-se necessário explicitar o que é o conceito de Modo de Produção em Marx e, de resto, em toda tradição marxista. De forma sumária, um modo de produção é a forma sistemática em que os seres humanos combinam sua capacidade de trabalho e a natureza. Estudar determinado Modo de Produção é estabelecer como determinada relação social de produção e as forças produtivas não apenas se combinam, mas se retroalimentam, desenvolvendo uma forma peculiar de reprodução. Também é entender como a riqueza e as rendas são distribuídas, contribuindo com a percepção da forma/intensidade em que se dá a apropriação do excedente. Ou seja, é fundamental estudar um determinado modo de produção para perceber como e porquê as dimensões da produção e do consumo podem estar, aparentemente, associadas ou divorciadas.

Podemos afirmar que a categoria de Formação Econômico-Social é um legado de Marx e do Marxismo para a História como ciência. Nela, estão expressos os movimentos dignos das sociedades humanas em sua construção múltipla e única; nela, as dinâmicas das sociedades, nas suas mais diversas dimensões, são inscritas no tempo através das suas relações de produção; nela, as fronteiras nacional-geográficas pouco importam, mas sim o desenvolvimento desigual, complementar e contraditório de diferentes expressões sociais que, amalgamadas, geram uma especificidade histórica;

5 Erich Hobsbawm, Introdução a *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, de Karl Marx (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985), 39.

e nela, fica evidenciado o desenvolvimento das forças produtivas como esforço coletivo, como acúmulo das experiências na principal atividade humana: o trabalho.

Isto não equivale dizer que a categoria de Formação Econômico-Social é melhor ou mais completa que o conceito de Modo de Produção, apenas e tão somente que ambos são ferramentais distintos, concebidos para objetivos distintos. Nesse sentido, a diferenciação de Dale Tomich a respeito da Teoria Histórica e da História Teórica, se impõe:

Essa distinção põe em relevo a distinção entre Teoria Histórica, preocupada em formular as categorias teóricas que são apropriadas para a compreensão de um objeto de investigação distinto, e História Teórica, preocupada com o uso de tais categorias para reconstruir os processos de desenvolvimento histórico.⁶

Portanto, o fazer da Teoria Histórica está intimamente ligado ao itinerário de pesquisa e análise dos Modos de Produção, já para a História Teórica se impõe o conceito de Formação Econômico-Social, seus potenciais e limites que veremos a seguir.

Segundo se lê em Sereni:

[...] esta categoria expressa a unidade (e, agregaremos, a totalidade) das diferentes esferas: econômica, social, política e cultural da vida de uma sociedade; e a expressa, além disso, na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico.⁷

Ainda segundo o autor, a noção de Formação Econômico-Social tem a propensão de se colocar no plano da história. As sociedades, para ele, são encaradas a partir de uma formação como totalidade e unidade de todas as esferas (infraestrutural e superestrutural) da vida social, e esse exercício teórico possibilita a percepção das continuidades e descontinuidades de seu desenvolvimento histórico.

Assim como Hindess e Hirst, consideramos que a dimensão econômica é determinante na busca de pesos e contrapesos que possibilitem estabelecer, da forma mais justa possível, a diversidade de fatores, esferas e dimensões na unidade social.

Formação Social é um conceito marxista do qual se pode dizer vagamente que corresponde à noção ideológica de “sociedade”. Ele designa uma estrutura complexa de relações sociais, uma unidade de níveis estruturais; o econômico, o ideológico e o político, sendo o papel da economia determinante.⁸

6 Dale Tomich, *Pelo prisma da escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial* (São Paulo: Edusp, 2011), 37.

7 Sereni, “De Marx a Lenin,” 315.

8 Barry Hindess e Paul Hirst, *Modos de produção pré-capitalista* (Rio de Janeiro: Zahar, 1976), 20.

Entretanto, buscamos aqui recuperar o sentido econômico-produtivo da construção histórica marxista, e por isso mesmo negamos o economicismo. Não nos agrada a ideia de uma história econômica exclusivamente interessada nos métodos, sentidos e fins econômicos. Se isso não é possível de se fazer sequer em um estudo sobre uma formação hegemônica pelo capitalismo, menos ainda se pode aplicar em suas formas pretéritas. O estudo de Marx sobre as várias formações econômico-sociais pré-capitalistas e as suas composições entre os modos de produção que ele preconizou demonstra o quão inteiramente errado é a concepção do materialismo histórico como uma interpretação estritamente econômica da história.

Lenin conseguiu substancial avanço dessa categoria tomada em Marx, empregando-a no marco das relações sociais de produção, e considerando que os seres humanos que a operam com seus valores, padrões, costumes, necessidades, etc., tanto moldam essas relações, como são condicionados por elas.

A análise das relações sociais (quer dizer, das estabelecidas sem a passagem pela consciência humana: na troca de produtos, os seres humanos estabelecem relações de produção, mesmo sem perceberem que se tratam de relações sociais de produção) permitiu a observação da repetição e da regularidade, e generalizar os regimes dos distintos países em um só conceito fundamental: a formação social. Apenas esta sua generalização permitiu passar da descrição dos fenômenos sociais (e sua valorização do ponto de vista ideal) à sua análise estritamente científica que clarifica, por exemplo, aquilo que distingue um país capitalista de outro e analisa o que há de comum em todos.⁹

Segundo Sereni, Lenin tomou para si a missão de recuperar e aprofundar a reelaboração dessa categoria num momento em que o entendimento das possibilidades revolucionárias se fazia truncado. A II Internacional foi um ambiente intelectual onde prevaleceu a concepção fragmentária e economicista da história (o que negaria o próprio caráter revolucionário do movimento de Outubro de 1917). Essa concepção foi duramente combatida por Lenin no campo teórico e na prática política. Com esse intuito, retomou a categoria no que concerne à unidade e totalidade do processo histórico. Para Lenin, as Formações Econômico-Sociais tinham a função de exprimir as relações íntimas entre economia e política, o que clarificava as possibilidades da classe trabalhadora quanto a sua prática revolucionária em dado contexto econômico e social.

As preocupações de Engels em suas correspondências privadas, após a morte de Marx, também ganham importância em Sereni e Luporini.¹⁰ Segundo Engels, como já havíamos dito, a primeira tarefa a se realizar era pôr em relevo no que esta-

9 Lenin, *Ce que sont les "amis du peuple,"* citado em Sereni, "De Marx a Lenin," 317

10 Cesare Luporini, "Dialéctica marxista e historicismo," *Cuadernos de Pasado y Presente* 39 (1973): 9-53.

vam baseadas as leis econômicas fundamentais de determinada sociedade, assim se estabeleceria, minimamente, o modo de produção dominante dessa formação; mas a sua preocupação central era que esta categoria pudesse dar vida, num corpo social, às estruturas que a identificassem e explicassem a contento, ou seja, que fosse explicitado o sistema de relações intrínsecas, constantes e necessárias àquela determinada realidade social.

A segunda advertência de Engels atenta ao fato de que, para o tratamento científico de qualquer realidade histórica, torna-se imperativo intenso trabalho sobre uma base empírica que descortine sua gênese sócio-histórica, pois o tratamento exclusivamente lógico (sistemática e estrutural), muito ligado às análises sociológicas, parece insuficiente para dar conta das multiplicidades humanas no decurso histórico.

Da mesma forma, junto àqueles fatos e processos que se constituíram como a gênese de dada formação econômico-social analisada, deverá também ser considerada a análise crítica/lógica dos modos de produção, sua infraestrutura e superestrutura (que pressupõe um tratamento lógico dos fatores que se patenteiam e são portadores de contradições) existentes nas formações econômico-sociais. Apenas na conjunção desses dois esforços, podemos desvendar o desenvolvimento e a destruição da própria estrutura analisada, com a conseqüente transição na formação social.

Para esse objetivo, Maurice Godelier estabeleceu um conjunto de procedimentos científicos que nos parecem válidos para a definição de uma determinada formação econômico-social. O **Quadro 1** esquematiza o exposto pelo autor com algumas intervenções nossas, no propósito de tornar mais claro seus objetivos e requalificar alguns sentidos que ele confere.

Decerto há alguma dose de determinismo econômico em Godelier, especialmente quando este procura analisar as formações sociais não hegemônicas pelo capital como diametralmente opostas às sociedades capitalistas, o que pressupõe que as sociedades precedentes não legaram qualquer resquício às “sociedades modernas”, especialmente às industrializadas. Para Godelier, a determinação econômica está em primeira instância em formações sociais capitalistas. E isto está refletido na incompletude de seu método, elaborado exclusivamente para formações sociais pré-capitalistas.

Um modo de produção pode hegemônizar o outro no seio de determinada formação econômico-social, e Godelier pouco levou em consideração que o capitalismo como modo de produção pode ser hegemônizado, assim como pode hegemônizar outros modos de produção. Dessa forma, seu método ignora a necessidade da formulação de critérios para demonstrar qual modo de produção hegemôniza a organização produtiva de determinada sociedade, que pode ser composta pelos modos pré-capitalistas (na acepção de Marx), pelo capitalismo ou até mesmo pelo socialismo.

Quadro 1: Procedimentos Científicos para Definição das Formações Econômico-Sociais

<p>1. Dos Modos de Produção</p>	<p>Identificar o número e a natureza dos vários modos de produção combinados em complementaridade conflitiva dentro de uma determinada sociedade e que constituem a base das suas relações sociais de produção.</p>
<p>2. Da Superestrutura</p>	<p>Identificar os vários elementos da superestrutura social e ideológica correspondentes a cada modo de produção em que se baseiam e de que forma atuam no desenvolvimento das forças produtivas</p>
<p>3. Da Hierarquia na Produção</p>	<p>Definir a forma exata e o conteúdo conjunto entre a combinação destes diversos modos de produção que satisfazem um ao outro em uma relação hierárquica, na medida em que um dos modos de produção domina o outro e o sujeita às necessidades de sua lógica, integrando-os mais ou menos no mecanismo da sua própria reprodução.</p>
<p>4. Da Síntese Ideológica</p>	<p>Definir as características de todos os elementos da superestrutura e da ideologia que, apesar de suas origens diversas, correspondendo a diferentes modos de produção, são combinados de uma maneira específica, de acordo com quaisquer que sejam suas funções de origem, estes elementos da superestrutura são, portanto, de certa forma, redefinidos em novos conteúdos.</p>

Fonte: Maurice Godelier, “Economía, Fetichismo y Religión” en *Religión em las Sociedades Primitivas* (Madrid: Siglo XXI, 1974), 176-177.

Entretanto, consideramos que o seu método, frente aos desafios aqui propostos, está próximo da concretude e amplitude necessárias. O conjunto de objetivos postos por Godelier apenas deixam esta lacuna: quais são as questões a se fazer para definirmos o modo de produção dominante em determinada formação social?

Com o objetivo específico de desvendar o modo de produção hegemônico nas Formações Econômico-Sociais, Witold Kula nos propõe um conjunto de questões que podem satisfazê-lo. Da mesma forma, introduzimos algumas modificações, assim como uma nova divisão para melhor atender aos nossos intentos no **Quadro 2**.

Quadro 2: Questões para o Exame sobre o Modo de Produção Hegemônico nas Formações Econômico-Sociais

<p>1. Sobre o Produto Social</p>	<p>Quais as leis que regulam o produto social e sua aquisição? O que determina a escolha da tecnologia e, especialmente, a escolha entre os métodos intensivos e os métodos extensivos de produção? O que determina até que ponto a sociedade aproveita os meios de produção e as forças produtivas?</p>
<p>2. Sobre as Forças Produtivas</p>	<p>Quais as leis que regulam a alocação das forças produtivas, dos meios de produção e da força de trabalho?</p>
<p>3. Sobre os Excedentes</p>	<p>Quais as leis que regulam a alocação dos excedentes da produção? Esse é, principalmente, o problema da aplicação produtiva desses excedentes, quais os fatores que determinam o consumo, o desperdício, o consumo de luxo e o investimento?</p>
<p>4. Sobre a Adaptação dos Modos de Produção</p>	<p>Quais as leis que governam a adaptação da economia às circunstâncias cambiantes? Isto é, qual a sua dinâmica a curto prazo? Em suma, qual a sua capacidade de resiliência?</p>
<p>5. Sobre as Características Estruturais Combinadas</p>	<p>Quais as leis que governam a evolução a longo prazo da economia, a mudança evolutiva de sua estrutura ou sua desintegração?</p>

Fonte: Witold Kula, “Da Tipologia dos Sistemas Econômicos,” em *Economia*, Jacqueline Fourastié et. Al., (Rio de Janeiro: FGV, 1981), 111.

Feitos os procedimentos e exames necessários, nos parece que podemos introduzir uma categorização marxiana das formações econômico-sociais: para nós, assim como para Marx, existem modos de produção com suas peculiaridades, em termos de relação social e desenvolvimento das forças produtivas, que devem ter respeitadas as suas estruturas e ser diferenciados nos termos que ele mesmo elegeu (primitivo, asiático, antigo ou escravista, feudal e capitalista ou burguês moderno). E nisso, concerne discernir o que cada um desses modos imprime à formação social que integra, de que forma eles se confundem, entrecrocamos e se condicionam mutuamente:

O estudo de uma formação social deve começar pelo estudo do modo de produção que lhe serve de base material. As formações sociais podem conter um único modo de produção, o que lhes atribuirá homogeneidade estrutural. Podem conter, no

entanto, vários modos de produção, dos quais o dominante determinará o caráter geral da formação social.¹¹

Entretanto, a mudança qualitativa e radical nas relações sociais de produção, em que se baseia o capitalismo, merece uma separação. Consideramos que há um ponto de viragem nas formações econômico-sociais quando são hegemônicas pelo modo de produção capitalista. Algo não é mais como era antes, seja na Inglaterra Feudal ou no Brasil Escravista, mesmo ambos tendo passado por processos tão distintos de transição ao capitalismo, pelo menos um processo se repete e é este que confere a legitimidade para categorizarmos as formações sociais como pré-capitalistas e capitalistas. Em uma crítica mordaz a Proudhon, Marx esclarece:

O que o Sr. Proudhon chama de origem extra-econômica da propriedade — querendo referir-se à propriedade da terra — é **o relacionamento pré-burguês do indivíduo com as condições objetivas do trabalho**, sobretudo com as condições objetivas naturais do trabalho. [...] **o fato do trabalhador encontrar as condições objetivas de seu trabalho como algo separado dele, como capital, e o fato do capitalista encontrar os trabalhadores carentes de propriedade, como trabalhadores abstratos — a troca que tem lugar entre valor e trabalho vivo — supõem um processo histórico**, por mais que o capital e o trabalho assalariado, eles mesmos, reproduzam esta relação e a elaborem tanto em seu alcance objetivo como em profundidade. É este processo histórico, como vimos, é a história da evolução tanto do capital como do trabalho assalariado.¹²

Esse processo histórico é exatamente o que diferencia as formações econômico-sociais pré-capitalistas das capitalistas. Em nenhum modo de produção pré-capitalista, o trabalhador está completamente despossuído da propriedade e/ou do controle dos meios de produção e dos seus meios de vida, que garantem a mínima reprodução da sua força de trabalho. Isto acontece sob o capitalismo, e é sua pré-condição.

É por meio desse processo que o capital passa a ser “mero” intermediário entre a propriedade e o trabalho. A partir daí, no desenrolar do desenvolvimento das formações econômico-sociais, o capital se apodera de toda a produção; com uma força desconhecida, desencadeia a sua reprodução *pari passu* à crescente separação entre trabalho e propriedade, e entre trabalho e as condições objetivas do trabalhador para transformar a matéria. A relação social que antes era uma exclusividade dos homens em suas classes, dá lugar à relação entre o produtor direto (agora expresso socialmente como trabalhador assalariado) e uma entidade fantasmagórica: o capital.

11 Jacob Goreneder, *O escravismo colonial* (São Paulo: Ática, 1978), 25.

12 Karl Marx, *Formações Econômicas*, 82.

As formações econômico-sociais capitalistas são um modo de produção da vida social dominado pelo capital que, nas suas características gerais, se constituem como objeto da análise teórica, que o caracteriza tanto pelas forças produtivas que ele envolve quanto pelas relações de produção sobre as quais se assenta. Nesse sentido, a Revolução Industrial é um processo decisivo, pois o “processo de industrialização precisa impor o sofrimento e a destruição de modos de vida estimados e mais antigos, em qualquer contexto social concebível.”¹³

Disso, decorre um processo também inédito: nas sociedades que precedem a lógica do capital, uma mesma classe dominante não representa tamanho poder; e este poderio está baseado tanto na concentração da propriedade como no controle efetivo de seu processo produtivo nesta. Neste processo, os burgueses se transmutam em capitalistas. A prevalência do capital produtivo e sua reprodução sistematicamente frenética os tornam, provavelmente, a classe social mais poderosa em toda a história da humanidade.

Claro é que esse não era um processo evidente e nem inevitável, o capitalismo se impôs historicamente e geograficamente de forma limitada pela força compulsória do mercado em algumas formações econômico-sociais suscetíveis a esse processo. Aqui, não tratamos nos termos de um processo natural, com alguma forma de “germe capitalista” nas sociedades pretéritas. Apenas nas formações econômico-sociais maduramente capitalistas que “a sociedade e sua economia, separadas e pulverizadas pela divisão do trabalho, são mantidas e unificadas pelo mercado.”¹⁴, mas isso demanda um pouco mais que a vontade dos capitalistas.

Mesmo quando da plena existência e funcionamento do capitalismo, no centro do sistema, com o mercado se alastrando e se multiplicando mundo a fora, não foi sem resistências e refluxos que as formações econômico-sociais pré-capitalistas na periferia do sistema transitaram. O mercado precisa de condições históricas para estabelecer-se de forma imperativa. Acreditamos em Ellen Wood quando afirma: “[...] o mercado se tornou capitalista ao se tornar compulsório [...]”¹⁵

Por isso discordamos de João Bernardo quando este afirma que:

Contrariamente ao modelo adotado por Marx, não foi através do mercado que o capitalismo liquidou os outros regimes econômicos e subjugou as populações que até então os haviam adotado. Para isso foram necessárias a ocupação dos territórios e a violência exercida sobre os seus habitantes, alterando diretamente as suas relações sociais e os seus modos de trabalho.¹⁶

13 Thompson, *A Formação da Classe*, 29.

14 Kula, “Da Tipologia,” 132.

15 Ellen Wood, *A origem do capitalismo* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001), 21.

16 Bernardo, João. *Economia de troca de presentes: Para Uma Teoria Do Modo De Produção Pré-Capitalista*. 2015, mimeo.

A força bruta, isolada, não cria as condições históricas do apartamento entre produtor direto e os meios de produção. Além disso, a força tem de ser direcionada; só podemos conceber que houve esse direcionamento no sentido capitalista se, antes mesmo do estabelecimento do mercado de forma compulsória, ele já existisse como algum tipo de entidade sem corpo. Caso os processos possam ter ocorrido simultaneamente, ainda assim a separação do trabalhador dos meios de produção é cristalizada no mercado e não somente pela violência. O tensionamento do capital passa pela violência, mas a construção histórica que dá força para os capitalistas aplicarem essa violência é a ação avassaladora do mercado como compulsão.

Outra polêmica importante para a divisão mestra da categoria de Formação Econômico-Social é a polarização entre as dimensões extra-econômica e econômica das origens da propriedade, dos métodos de apropriação do excedente e do próprio sentido da produção. Não nos deteremos a cada um dos pontos, mas a partir da leitura que fizemos, parece propício nos posicionarmos.

Com relação à origem da propriedade, Marx não deixa grandes dúvidas: “Em outras palavras, a origem extra-econômica da propriedade, simplesmente, significa a gênese histórica da economia burguesa.”¹⁷ Se é assim para a origem da propriedade em formações sociais capitalistas, julgamos que podemos generalizar também para as pré-capitalistas.

Com relação à apropriação do excedente em sociedades pré-capitalistas, Dobb nos lembra da prevalência de “[...] uma relação de exploração alicerçada por vários métodos de ‘coação extra-econômica’ [...]”¹⁸ em forma de gêneros ou serviços. Entretanto, quanto mais o modo de produção capitalista consegue penetrar nos interstícios das formações econômico-sociais, mais a balança pende para uma apropriação monetarizada e estritamente econômica do excedente, sendo generalizada com o mercado capitalista.

E o poder político? As formas de poder extra-econômico desaparecem nas formações econômico-sociais capitalistas? É claro que não! A superestrutura neste quadro torna-se a verdadeira fiadora política, institucional e ideológica desse sistema; é nessa esfera que está possibilitada não apenas a manutenção e efetivação dos privilégios econômicos capitalistas, mas as suas formas de exponenciação.

Essas considerações são de suma importância, mas o grande debate é mesmo sobre o sentido da produção. Não nos parece plausível supor que o latifundiário escravista produzia com o mesmo fim que o industrial capitalista, por mais que eles estivessem em crescente integração durante o nosso recorte. O sentido da produção em sociedades pré-capitalistas é, via de regra, o acúmulo de poder extra-econômico, e o que a sua produção gerava, em termos econômicos, era visto como meio para ma-

17 Karl Marx, *Formações Econômicas*, 82.

18 Maurice Dobb, “Do Feudalismo para o Capitalismo,” em *A transição do feudalismo para o capitalismo*, Rodney Hilton et al. (São Paulo: Paz e Terra, 2005), 210.

nutrição e efetivação dos seus poderes e dos seus privilégios.

Neste quadro, o que prevalece é a produção para o consumo das necessidades básicas dos trabalhadores, para sua própria reprodução:

Enquanto os produtos são necessários para o autoconsumo, são produzidos independentemente do fato de seus preços de mercado estarem subindo ou descendo. O autoconsumo tem prioridade sobre a produção de mercado. O setor natural e o setor de mercado não são nem intercambiáveis nem iguais. O primeiro predomina.¹⁹

Não à toa, a maior parte dos “ricos” cafeicultores no sudeste brasileiro deixavam como herança muitas terras e muitos escravos, mas pouco dinheiro.

O sentido da produção em sociedades capitalistas é oposto, o acúmulo de poder econômico é o seu fim; sua unidade de produção é moldada para maximizá-lo através dos ganhos de produtividade: maior extração da mais valia, maior taxa de lucro, maior investimento e maior rentabilidade, com ganhos de escala e a transformação frenética do dinheiro em mercadoria e em mais dinheiro. Marx estabeleceu o claro contraponto pré-capitalista a esta avidez por produzir e acumular excedentes:

[...] em qualquer formação econômica da sociedade onde predomina não o valor de troca, mas o valor de uso de produto, o trabalho excedente será limitado por um certo conjunto de necessidades que poderão ser maiores ou menores, e então a natureza da produção em si não gerará um apetite insaciável de trabalho excedente.²⁰

Produzir e acumular excedentes na forma de lucro, essa é a razão de ser do modo de produção capitalista e para isso ele expropria os produtores diretos, mudando de forma tão radical as relações sociais. Disso, decorre a sensação, retirada de Sombart por Kula²¹: nas sociedades pré-capitalistas os seres humanos trabalhavam para viver. Já nas capitalistas, se vive para trabalhar!

Bibliografia

Bernardo, João. *Economia de troca de presentes: Para Uma Teoria Do Modo De Produção Pré-Capitalista*. 2015, mimeo.

Godelier, Maurice. *Economia, Fetichismo y Religion en las Sociedades Primitivas*. Madrid: Siglo XXI, 1974.

19 Kula, “Da Tipologia,” 136-137.

20 Karl Marx, *Formações Econômicas*, 260.

21 Kula, “Da Tipologia,” 92.

- Gorender, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- Hilton, Rodney, et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- Hindess, Barrye; Hirst, Paul. *Modos de produção pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- Kula, Witold. Da Tipologia dos Sistemas Econômicos. In Fourastié, Jacqueline et. al.. *Economia*. Rio de Janeiro: FGV, 1981.
- Luporini, Cesare. “Dialéctica Marxista e Historicismo.” *Cuadernos de Pasado y Presente* 39 (1973): 1-93.
- Marx, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- Hobsbawm, Eric. Introdução a *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, de Karl Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- Sereni, Emilio. “De Marx a Lenin: a Categoria de ‘Formação Econômico-Social’.” *Meridiano - Revista de Geografia* 2 (2013): 297-346 (Tradução de Nathan Belcavello de Oliveira).
- Thompson, Edward. *A Formação da Classe Operária Inglesa 2*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Tomich, Dale. *Pelo prisma da escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.
- Wood, Ellen. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.